

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010

Ao avaliarmos o desempenho do Instituto Pólis em 2010, considerando o conjunto de suas atividades, podemos dizer que mudamos de escala com a realização de projetos maiores e mais complexos. Nossa principal contribuição está na produção de conhecimentos ligados à agenda dos conflitos sociais.

A elaboração do relatório pioneiro sobre “O estado das cidades no Brasil” é o melhor exemplo dessas mudanças. Numa manifestação inédita, as três associações nacionais de municípios existentes no Brasil indicaram o Pólis para a coordenação executiva e a produção desse diagnóstico, que contou com o envolvimento e o financiamento da rede mundial “Cities Alliance”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal, entre outros.

Outra característica que ressalta de nossas atividades em 2010 é o fortalecimento de alianças e parcerias na realização de projetos.

Na pesquisa sobre “Novos paradigmas de produção e consumo”, pudemos contar com a participação ativa de instituições do maior prestígio, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Outro projeto que nos mobilizou nesse ano foi uma avaliação dos processos participativos no país. O governo brasileiro criou conselhos de gestão com representação da sociedade civil em várias áreas de políticas públicas e mobilizou mais de 3 milhões de pessoas em conferências municipais, estaduais e federais sobre políticas específicas. Tais processos participativos estimularam mudanças nessas políticas ou a participação não alterou os programas de governo? Qual é o lugar da participação nas estratégias do poder público? Ampliou-se a democracia com essas iniciativas? Com o apoio do Ipea e da Fundação Ford estamos realizando essa avaliação sobre os processos participativos no Brasil.

Também queremos destacar o fortalecimento de relações com movimentos sociais e entidades populares. Vale mencionar nosso envolvimento com a organização das cooperativas de catadores que trabalham com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos e a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma luta de dez anos à qual nos somamos. A PNRS irá alterar o padrão de gestão e a destinação dos resíduos nas cidades e incorporar os catadores como importantes atores nesses processos. Outro trabalho pioneiro foi com o movimento de moradores de rua, quando atuamos como assessores na organização de uma coordenação nacional.

No campo da formulação de políticas públicas, fomos solicitados pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para elaborar o documento-base da Conferência Nacional e, a partir de seus resultados, apresentar a proposta de um plano decenal dessa área.

O tema juventude continua em destaque. A partir de uma pesquisa conjunta realizada com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), pudemos acumular conhecimentos que nos permitem hoje atuar junto a governos, como o do município de

Várzea Paulista, que se propõe a dialogar com os problemas e expectativas de sua juventude. Esses acúmulos também permitiram uma maior interação com o trabalho que realizamos na zona sul de São Paulo, no bairro do Grajaú, centrado em atividades com a juventude.

Participamos de um programa do Ministério da Cultura que estimula as manifestações dos produtores culturais em seu próprio território através da implantação de pontos de cultura. Com o Pontão de Convivência e Cultura de Paz promovemos o debate cultural e atividades que atingiram os mais de cem pontões de cultura e os 3 mil pontos de cultura do país.

Tivemos momentos em que adotamos instrumentos jurídicos nas lutas em defesa de direitos e, juntamente com outras entidades, processamos – com ganho de causa – a Prefeitura de São Paulo, exigindo que se realizem os processos participativos na revisão do Plano Diretor do município; defendemos também a coleta seletiva do lixo como política pública e o envolvimento das cooperativas de catadores.

No campo da comunicação, tendo como objetivo ampliar nosso dialogo com a sociedade civil, várias iniciativas são marcantes, como a elaboração de um novo site, que pretende ampliar nossa audiência, atualmente superior 6 mil acessos por dia e com uma grande quantidade de downloads de textos. São mais de 2 milhões de acessos por ano e uma distribuição gratuita de textos por download que supera em muito as tiragens de editoras já consagradas. Além disso, destacamos o crescimento do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, com cerca de 80.000 leitores mensais. A presença do Instituto Pólis na grande imprensa também é um indicador do impacto de nosso trabalho: em 2010 tivemos em média 23 inserções na grande imprensa por mês.

Envolvemo-nos ativamente nas lutas pela garantia da segurança alimentar e nutricional, e podemos dizer com satisfação que participamos do processo que definiu em lei que 30% dos alimentos destinados à merenda escolar sejam comprados localmente, dos pequenos produtores que integram o cinturão hortifrutigranjeiro de cada cidade. No plano local, o trabalho do Centro de Referência em Segurança Alimentar, no bairro do Butantã, zona oeste de São Paulo, segue como importante orientador de políticas municipais de segurança alimentar e nutricional.

Dialogando com as agendas para uma nova sociedade, abrimos discussões e organizamos seminários para construir nossa visão acerca de temas como o aquecimento global e as cidades, a realização de mega-eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, migrações etc.

No âmbito da cooperação Sul-Sul, recebemos delegações de Angola e do Chile para intercâmbios e trocas de experiências voltadas a potencializar os trabalhos em seus países. Da mesma forma, como coordenadores da rede mundial Logolink – Citizen Participation and Local Governance, coordenamos um processo de sistematização sobre experiências de participação cidadã nos governos locais que envolveu parceiros na Índia, na China, nas Filipinas, no Peru, na África do Sul e em outros países.

Mas se podemos apresentar resultados positivos de nossos trabalhos, em 2010 tivemos também grandes problemas. Como todas as ONGs de nosso campo de defesa de direitos, sofremos com a retirada de várias agências de cooperação internacional do

Brasil. No nosso caso, este foi o último ano em que contamos com apoios da Oxfam GB, da OxfamNovib, de Pão Para Mundo. A valorização do real também reduziu nossas receitas significativamente. Com este novo cenário, fomos obrigados a reduzir nossos custos e o tamanho de nossa equipe, que hoje conta com 48 pessoas.

Na perspectiva de buscar uma sustentabilidade financeira, estamos engajados, juntamente com outras ONGs e a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), na luta por obter do governo federal uma linha de financiamento público para nossos projetos. Estamos buscando também ampliar nossos espaços de consultoria, uma vez que acumulamos expertise em questões urbanas que nos permitem prestar serviços de avaliação, planejamento, diagnósticos e formulação de políticas públicas.

Queremos destacar também que 2010 foi um ano eleitoral. Durante todo o segundo semestre convivemos com um clima de mobilização eleitoral e vários de nossos projetos sofreram com a falta de disponibilidade de tempo dos atores – públicos e privados – com os quais realizamos essas iniciativas. Apesar disso, ainda aproveitamos a agenda eleitoral para debater publicamente propostas acumuladas em várias políticas públicas, assim como para reeditar a campanha “Olho no seu voto”, que se propõe a fiscalizar o processo eleitoral.

#### **Eixo 1 – Alternativas para o desenvolvimento com equidade e sustentabilidade**

O eixo Alternativas para o desenvolvimento com equidade e sustentabilidade foi concebido com o objetivo de “contribuir para a produção de territórios que garantam qualidade de vida a todos/as cidadãos/cidadãs por meio da elaboração de conhecimentos que subsidiem a formulação de políticas públicas promotoras de desenvolvimento com inclusão social e produtiva e sustentabilidade socioambiental” (Plano Quadrienal 2009-2012). Nesse sentido, esse eixo busca articular os projetos desenvolvidos pelo Instituto Pólis que atuam na temática do desenvolvimento e que aportam contribuições para a construção e formulação de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Em 2010, dois projetos de grande abrangência desempenharam uma função agregadora nesse eixo por seu alinhamento com a temática do desenvolvimento e por suas capacidades de gerar subsídios diretos para os objetivos desse eixo. O primeiro deles foi o projeto “Novos paradigmas de produção e consumo”, que nesse ano desenvolveu suas mais importantes atividades, sendo que os resultados já podem ser visibilizados, conforme apresentação a seguir. O outro projeto estruturante desse eixo em 2010, de acordo com o que será detalhado a seguir, foi o “Relatório das cidades”, que buscou avaliar as condições de urbanização das cidades brasileiras e, assim, subsidiar a construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano.

A execução desses dois grandes projetos gerou um processo interno de reflexão e formulação em torno do tema do desenvolvimento, fato de extrema importância para o amadurecimento conceitual das temáticas trabalhadas nesse eixo. Conceber alternativas para o desenvolvimento de forma a garantir a sustentabilidade e a equidade é um passo fundamental para alimentar um debate público que recoloca e enfrente as situações de desigualdade, de forma democrática, garantindo a melhoria das condições de vida de todos.

Para formular tais alternativas, o eixo propõe como linha de ação “o fomento de propostas que apontam para um novo modelo de desenvolvimento orientado para a justiça social,

equidade e sustentabilidade, mediante avaliação dos impactos das políticas públicas na redução das desigualdades e redistribuição da riqueza e da renda, assim como sistematização das iniciativas” (Plano Quadrienal 2009-2012).

Além dos projetos citados anteriormente, destacaram-se nesse eixo temático de ação os resultados referentes à continuidade com os trabalhos relacionados à requalificação de centros urbanos das metrópoles brasileiras a partir das agendas da inclusão social e da habitação popular, bem como a atuação para promoção de políticas urbanas que promovam a distribuição equitativa dos benefícios da urbanização e a melhoria de vida nas cidades.

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) também merece destaque dentre os resultados atingidos em 2010, pois é a conclusão de debates em torno de propostas defendidas pelo Pólis durante mais de dez anos.

Em 2010, podemos dizer que caminhamos para um amadurecimento do tema e demos importantes passos no desafio de formular respostas e propostas à pergunta central que perpassa esse eixo: que desenvolvimento queremos? Ou quais são as alternativas ao modelo de desenvolvimento atual que subsidiarão futuras formulações de propostas de políticas públicas?

Nesse ano, o debate internacional em torno do desenvolvimento foi marcado pelo discurso de superação da crise financeira que se instaurou mundialmente em 2008. Superação essa que mantém a mesma lógica especulativa e concentradora do atual sistema financeiro, sendo que questões cruciais concernentes aos aspectos de inclusão social e sustentabilidade ambiental não foram enfrentadas e se torna cada vez mais evidente que outras crises se seguirão. O momento é oportuno para se pensar em um novo projeto de desenvolvimento, que seja capaz de aliar crescimento econômico, garantia de direitos, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Torna-se obrigatório refletir e discutir sobre os nossos padrões atuais de urbanização e construção de territórios, de produção e de consumo e de sociabilidade de forma geral.

Abaixo apresentamos os resultados desse eixo e detalhamos os projetos e ações citados anteriormente.

### **Resultado 1 – O Pólis contribuiu para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento que garantem nexos sustentáveis entre espaços urbanos e rurais, políticas de segurança alimentar e de inclusão social.**

Em 2010, o Pólis deu continuidade ao trabalho que vinha recentemente desenvolvendo na temática das cadeias de comercialização, a partir das perspectivas do desenvolvimento local e da segurança alimentar. Partindo dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em 2009, amadurecemos as parcerias com entidades que trabalham com temáticas relacionadas e firmamos projetos estruturantes que consolidam a inserção do Instituto como um agente de reflexão e propulsor de novas práticas na construção de inéditos paradigmas de produção, comercialização e consumo que garantam nexos sustentáveis entre espaços urbanos e rurais.

Neste sentido, finalizamos a pesquisa “Levantamento sobre o perfil dos grupos de consumo no Brasil”, desenvolvida pelo Instituto Kairós desde agosto de 2009, em que tivemos uma participação contínua no processo de levantamento e análise dos dados, que gerou uma publicação virtual disponível na página eletrônica da entidade.

Em paralelo a esse trabalho de reflexão sobre consumo coletivo e construção de cadeias curtas de comercialização de alimentos produzidos por empreendimentos de economia solidária, continuamos o trabalho como gestores do “Núcleo de consumo do Centro de São Paulo da Rede Sementes de Paz”. Esse trabalho, que consistia em gerir um espaço de comercialização coletiva de alimentos orgânicos e solidários para moradores da região central de São Paulo, promovendo práticas saudáveis, sustentáveis e solidárias de consumo, se estendeu até julho de 2010, quando, em função da complexidade das operações envolvidas e da necessidade de profissionalização de tais atividades, firmamos uma parceria com outra entidade para que esta passasse a gerir o núcleo. O Pólis foi capaz de promover a criação deste, utilizar essa experiência para refletir sobre a emergente prática do consumo coletivo e, por fim, apoiar o processo de profissionalização direcionando a gestão do núcleo para outra entidade.

Todo esse processo de reflexão sobre novas cadeias de produção e consumo que construam relações sustentáveis entre espaços urbanos e rurais e práticas econômicas inclusivas encontra um eixo articulador no “Projeto novos paradigmas de produção e consumo”, iniciado em 2009, mas desenvolvido principalmente em 2010. Esse projeto, que busca analisar teorias e práticas que apontem para novos padrões e conceitos de desenvolvimento, com equidade e sustentabilidade, foi um articulador de conhecimentos na temática e contribuiu fortemente com os objetivos e o resultado esperado desse eixo.

Ao longo desse ano foram definidas as onze experiências que seriam foco de análise nesse projeto, que foram então visitadas, sistematizadas e analisadas a partir de quatro eixos: (a) gênero, (b) políticas públicas, (c) modelo de desenvolvimento (“bem viver”) e (d) desafios e estratégias diante do modelo hegemônico. As experiências analisadas são bastante diferentes entre si e localizam-se em diversos campos temáticos, como bancos comunitários, cadeia produtiva de empreendimentos da economia solidária, gestão de resíduos sólidos com inclusão de catadores, tecnologias sociais, produção agroecológica e permacultural, cooperativas de consumidores, cultura digital, tecnologias e empregos verdes, entre outros.

As análises dessas experiências geraram a publicação de uma coletânea com os onze estudos intitulada “Novos paradigmas de produção e consumo: Experiências inovadoras”. A publicação, com tiragem de 1.500 exemplares e versão eletrônica gratuita para download, foi lançada durante a 9ª Expo Brasil Desenvolvimento Local, que aconteceu no Rio de Janeiro, entre os dias 1º e 3 de dezembro de 2010.

Para a elaboração e qualificação dos conteúdos dessa publicação, a equipe do projeto realizou oficinas com o grupo de pesquisadores que desenvolveu os estudos e com especialistas de área correlatas. Além disso, apresentamos o projeto no 28º Congresso Internacional do Ciriec (*Centre International de Recherche et d'Information sur l'Économie Publique, Sociale et Coopérative*) que aconteceu em Berlin, entre os dias 16 e 19 de maio de 2010.

Essa pesquisa conta com o financiamento da Oxfam Novib, agência de cooperação internacional holandesa, além do apoio de parceiros institucionais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT/Brasil) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Além disso, destaca-se o apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB) na publicação do livro *Novos paradigmas de produção e consumo: Experiências inovadoras*.

Vale também destacar que em 2010 uma nova investida no tema da Segurança Alimentar começa a ser trabalhada no Pólis: trata-se da agricultura urbana e periurbana (AUP). Ainda que o cultivo de alimentos em meio urbano seja uma atividade muito antiga, foi somente na

segunda metade da década de 1990 que a temática adquiriu destaque no cenário mundial e nacional, afirmando-se como um instrumento de integração nos processos de desenvolvimento sustentável. Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas à gestão territorial e ambiental das cidades.

Ainda que as motivações para o desenvolvimento de ações de AUP sejam as mais variadas, o fato é que a população das cidades tem procurado alternativas para viabilizar a produção de alimentos no espaço urbano. No âmbito dos governos municipais há inúmeros exemplos de programas como hortas comunitárias em terrenos urbanos, feiras de produtores para a comercialização direta nos centros das cidades, além de pequenas agroindústrias processadoras de alimentos.

Em 2010, para trabalharmos com essa temática, elaboramos e aprovamos o projeto “Cidadania e autonomia alimentar: Uma experiência de agricultura urbana integrada e sustentável”. Trata-se de um piloto demonstrativo de agricultura urbana, de base agroecológica, integrado ao Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã, envolvendo famílias e entidades sociais locais. O objetivo é contribuir para a capacitação dessa população bem como para sua disseminação no âmbito das subprefeituras. As atividades do projeto procuram incentivar o melhor conhecimento dos benefícios da agricultura urbana por parte da comunidade local, o desenvolvimento da capacidade técnica e de organização do grupo, bem como o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização dos alimentos produzidos localmente.

Num primeiro momento, o projeto focaliza sua atuação na produção voltada para o consumo direto das famílias envolvidas, descomprimindo os gastos com esses produtos, propiciando uma alimentação mais saudável, a reflexão e capacitação em torno das temáticas trabalhadas no projeto, visando transformá-las em ações práticas e políticas.

Como resultado espera-se a criação de um círculo virtuoso de relações econômicas e de valorização de hábitos alimentares saudáveis, demonstrando as possibilidades e ampliando os esforços para minimizar o quadro de insegurança alimentar e nutricional na região do Butantã, na cidade de São Paulo, ao favorecer o acesso ao mais elementar dos direitos, a alimentação.

## **Resultado 2 - O Pólis contribuiu para a formulação de políticas urbanas que promovem a distribuição equitativa dos benefícios da urbanização e a melhoria de vida nas cidades.**

Nesse âmbito, o Pólis teve a oportunidade de desenvolver o projeto “Relatório do estado das cidades no Brasil”, construindo subsídios para a formulação de políticas urbanas que promovam o direito à cidade e a inclusão social. O relatório teve como objetivo geral fornecer elementos para a concepção de um sistema e de uma política de desenvolvimento urbano para o país, em discussão no Ministério das Cidades e no Conselho Nacional das Cidades, que envolvam o conjunto de entes da federação e dialoguem com a diversidade e a heterogeneidade dos municípios brasileiros, promovendo um modelo de desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e democrático.

O estudo procurou mapear as condições de urbanização nos municípios brasileiros, trabalhando os elementos principais que conformam tais condições, identificando e tratando-os sob uma perspectiva transversal e integrada, superando as abordagens estritamente setoriais. Para desenvolver esse desafio, partiu-se da seguinte questão central: de que maneira o nível e a natureza da riqueza produzida no município, as capacidades e as condições do financiamento público do desenvolvimento urbano, a capacidade institucional municipal

administrativa, de articulação federativa e de interlocução com os cidadãos da gestão municipal interferem nas condições de urbanização dos municípios?

O relatório trabalhou sobre a totalidade dos municípios brasileiros e estruturou-se em torno da articulação de quatro eixos principais: (a) condições de urbanização; (b) desenvolvimento econômico local; (c) financiamento do desenvolvimento urbano nos municípios; (d) gestão municipal do desenvolvimento urbano.

A iniciativa desse projeto partiu de um conjunto de atores politicoinstitucionais que constituem a sua coordenação geral, hoje composta pelas instituições Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Associação Brasileira de Municípios (ABM) e pelos financiadores Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e “Cities Alliance”, além da UN Habitat – Rolac, que desenvolve o “Relatório do estado das cidades da América Latina e Caribe”. Essa coordenação geral dirigiu o desenvolvimento do projeto, tomando parte nas discussões e nas decisões centrais ao longo do seu processo de elaboração. A coordenação executiva ficou a cargo do Pólis, que construiu uma rede de pesquisadores e de instituições, assim como uma agenda de trabalho que permitiu somar as capacidades e as expertises nos temas selecionados. Uma coordenação técnica articulou o trabalho da equipe técnica e de consultores responsáveis pela direção metodológica e conceitual. Ao longo de todo o processo, foram envolvidas instituições e organizações especializadas na questão urbana, com o objetivo de subsidiar conceitual e metodologicamente os temas e os conteúdos centrais.

No âmbito desse projeto foram realizadas as seguintes atividades:

- Diversas oficinas para: (a) validação da categorização e formalização da Rede de Instituições (outubro de 2009); (b) validação da metodologia (novembro de 2009); (c) validação dos indicadores de cada eixo temático (janeiro a fevereiro de 2010); e (d) oficina final para apresentação dos dados e conclusões (junho de 2010).
- entre março e julho de 2010, os indicadores foram processados a partir de bancos de dados para se chegar a certas narrativas e conclusões, apresentadas na oficina final, em junho de 2010. Durante esse período também foram feitas correlações entre os dados por eixos, elaborando as análises transversais.
- entre julho e agosto de 2010 o relatório foi escrito e em setembro finalizado e entregue aos proponentes já no formato de uma publicação, ainda não divulgada em função do período eleitoral.

Esse projeto trouxe considerações finais de duas ordens. Inicialmente, elencou a dificuldade de trabalhar intersetorialmente com as bases de dados disponíveis, além da necessidade de produção de dados base para determinados temas que afetam o desenvolvimento das cidades. Por fim, teceu considerações sobre a relação transversal entre os eixos analisados. Destaca-se, entre as conclusões do projeto, o chamado “federalismo incompleto” na área de desenvolvimento, que mostra que, apesar da Constituição Federal de 1988 apostar na descentralização administrativa e delegar autonomia aos governos municipais que passaram a assumir um papel de maior importância no desenvolvimento urbano local, pode-se dizer que na área de desenvolvimento urbano a introdução do modelo federalista proposto pela Carta Magna foi incompleta. Diferentemente do que ocorreu em áreas como a educação e a saúde, nessa área não ocorreu uma reforma do Estado na direção de um modelo estruturado, com uma clara hierarquização de competências de gestão entre os níveis de governo e com financiamento público permanente. Os trabalhos mostraram que houve nas últimas décadas

uma recentralização dos recursos e das políticas a partir do governo federal, que tem aumentado muito o volume de recursos disponibilizado para o desenvolvimento urbano; enquanto que o modelo tributário vigente não garante que os municípios tenham capacidade própria de investimento.

Além disso, o projeto apontou que o processo de democratização e descentralização também fez apostas na participação e envolvimento da sociedade civil e de movimentos sociais na gestão do desenvolvimento urbano. Construiu-se uma nova institucionalidade com a criação do Ministério das Cidades: foi concebida uma estruturação da habitação e do desenvolvimento urbano, com a disponibilização de instrumentos de planejamento e gestão que se espalharam por todo o país, incentivados pela pasta, tais como cadastro habitacional, conselhos e secretarias de habitação, planos diretores, conselhos de política urbana, entre outros.

Por fim, embora tenha havido uma aposta em políticas municipalistas calcadas na relação vertical entre a União e municípios, não delimitando claramente o papel que os estados deveriam ocupar nessa estrutura, os resultados do “Relatório das cidades” levantam a hipótese de que uma gestão estadual mais estruturada faz diferença positiva nos indicadores.

A oportunidade de desenvolver esse relevante projeto trouxe ao Pólis uma centralidade na criação de um processo participativo de construção de conhecimento, envolvendo diferentes instituições, especialistas e esferas públicas de poder, ampliando nossa esfera de parceiros e de articulação no âmbito nacional.

O trabalho com dados quantitativos nessa escala também merece destaque, pois capacitou o Pólis para outros projetos desse gênero e porte. Certamente, os dados do Censo 2010, que sairão até o final de 2011, trarão a possibilidade de rodar novamente os dados e comparar os resultados obtidos para as décadas anteriores no processo de construção do “Relatório das cidades”.

Claramente seus resultados permitirão um diálogo com outros relatórios internacionais, apoiados simultaneamente a ele, e deverão influenciar na construção de políticas públicas que envolvam o território urbano e rural.

Ainda em 2010, o Pólis deu continuidade à pesquisa “Urbanização e preço da terra nas franjas urbanas em municípios do estado de São Paulo”, desenvolvida em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e que envolve três municípios parceiros atuantes e apoiadores oficiais da pesquisa: Catanduva, São Carlos e Suzano.

Esse projeto de pesquisa em políticas públicas destina-se à investigação a respeito da valorização fundiária decorrente da conversão do uso do solo de rural em urbano em municípios paulistas. O ponto de partida é a necessidade de aprofundamento nas dinâmicas contemporâneas de conversão das terras rurais em urbanas em municípios brasileiros. É recorrente uma imagem de que essa valorização é de forma geral muito significativa, acarretando normalmente grandes benefícios para proprietários. Entretanto, os estudos preliminares mostram que o panorama da conversão de terras rurais em urbanas é bastante diversificado, passando por processos de diversas qualidades e diferentes níveis de rentabilidade para os promotores. Por outro lado, é possível afirmar, de forma geral, que a conversão de terras urbanas em rurais gera uma sobrecarga significativa para o poder público municipal em termos de responsabilidades e infraestrutura pública.



O projeto de pesquisa aprofunda-se nos processos de conversão das terras de transição rural-urbanas em loteamentos, identificando não apenas seus aspectos econômicos, mas também a dimensão política envolvida. Procura também combater o desconhecimento a respeito das consequências dos processos de conversão do território rural em urbano, que produziu historicamente o mito de que uma cidade ou região “desenvolve-se” quando apresenta grandes expansões em suas áreas urbanizadas, quando muitas vezes o que acontece é uma grande precarização da capacidade do município em prover serviços públicos para territórios cada vez mais extensos.

A partir do conhecimento em torno dos processos reais de crescimento urbano, o projeto de pesquisa procura desenvolver hipóteses de intervenção nos processos de conversão de terras rurais em urbanas, a partir das novas diretrizes e instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, que podem interferir na distribuição desigual dos custos e benefícios da urbanização nos municípios brasileiros.

O projeto está em sua fase final de reunião de dados referentes à valorização da terra em processos de urbanização em diferentes situações territoriais. Entre essas diferentes situações se encontram o momento em que a terra ainda é rural e seu preço sobe com a expectativa de que venha a ser urbana e o momento em que a terra está se transformando em urbana, com a abertura de loteamentos. Em 2010, sistematizaram-se essas informações e foram desenvolvidos artigos com consultores chamados para discutir o processo de transformação rural-urbano em evento que se realizará em 2011. Espera-se que esses conteúdos sejam editados e transformados em uma publicação a ser disseminada amplamente para que procure incidir sobre a agenda da urbanização e da gestão do parcelamento do solo por parte dos municípios, de forma a distribuir de maneira mais equitativa os ônus e os benefícios dos processos de urbanização. Em 2010 foram elaborados os textos e documentos que compõem essa publicação, prevista para maio de 2011, quando acontecerá uma sessão temática para debater o tema no Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional da Anpur.

Como parte desse projeto, também em 2010, foi desenvolvido um estudo sobre políticas e instrumentos de gestão social da valorização da terra. Entre esses instrumentos, já foram utilizados, sem especial, planos diretores que restringem a possibilidade de parcelar o solo, incidindo sobre os preços e sobre a decisão de urbanizar. Além disso, destacam-se experiências de municípios que utilizam o instrumento Outorga Onerosa de Alteração de Uso de forma a recuperar a valorização da terra nessa transformação de uso rural para urbano.

Em 2010 também foi possível dar continuidade nas atividades que o Instituto vem desenvolvendo sob o tema do planejamento territorial, procurando pesquisar, avaliar e formular políticas territoriais de forma a garantir o direito à cidade e o acesso à terra urbanizada. Nessa direção, realizamos a “Pesquisa de avaliação sobre os planos diretores participativos que foram aprovados no estado de São Paulo”, conforme será descrito a seguir. Além disso, também trabalhamos elaborando propostas de planos diretores, como no caso do projeto de “Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de São Bernardo do Campo”, município da Grande São Paulo. Por fim, conforme detalhado abaixo, desenvolvemos propostas de estratégias e instrumentos para a gestão social da valorização da terra em Belo Horizonte (MG).

Em relação à “Pesquisa de avaliação sobre os planos diretores participativos aprovados do estado de São Paulo”, ela foi desenvolvida no âmbito da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos, coordenada pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) e realizada em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e

Regional (Ippur) e da Rede Observatório das Metrôpoles, contando ainda com a participação de uma extensa rede de pesquisadores vinculados a diversas universidades e centros de pesquisa e do Conselho das Cidades, por meio do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano. Podemos apontar como resultado desse trabalho realizado em 2010 o “Relatório estadual”, que apresenta uma síntese das análises e estudos de caso, hoje disponíveis no site da Rede.

Sobre outra escala territorial, o Pólis também trabalhou e está em fase final do projeto de “Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de São Bernardo do Campo”. Primeiramente foi realizada uma avaliação da legislação anterior, um diagnóstico da cidade e, posteriormente, foram feitas propostas para um novo plano diretor. O Pólis fez parte, nesse projeto, de um processo de elaboração conjunta com os técnicos da prefeitura, que envolveu as equipes da área de Urbanismo e Direito à Cidade. Foi possível também, a partir desse trabalho, uma articulação do plano diretor com o Plano de Regularização Fundiária de São Bernardo. O projeto teve início em março, a partir da definição da metodologia a ser adotada. A leitura da cidade, com a avaliação jurídica e urbanística da legislação, foi entregue ainda no 1º semestre, como resultado de um processo de oficinas temáticas com os gestores e técnicos da prefeitura.

Ainda em 2010, foi possível participar do projeto de “Elaboração de manual para municípios sobre recuperação da valorização fundiária do Setor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte”, conforme citado anteriormente. Esse projeto consistiu em uma avaliação dos processos de crescimento urbano e do arcabouço jurídico dos municípios e do governo do Estado buscando a proposição de instrumento e de estratégias de gestão para a recuperação da valorização fundiária a partir dos investimentos públicos que estão sendo feitos. Nessa região de Belo Horizonte, o Governo de Minas Gerais propôs a instalação das instâncias públicas estaduais em uma área entre a mancha urbana da cidade, ao longo do eixo viário que leva ao aeroporto, incentivando o crescimento urbano para essa região, em um processo que alterou a dinâmica fundiária e os preços da terra nesse entorno. O projeto começou em junho de 2010 e ainda está em formulação. Até então foi realizada uma leitura urbana e jurídica e o estudo de exemplos de cidades que aplicaram instrumentos para fazer a gestão social da valorização da terra.

A oportunidade de desenvolver esse projeto veio ao encontro do acúmulo do Pólis a respeito desse tema, sobre o qual já realizou oficinas e publicações, além de atuar na defesa de uma agenda pela introdução do Estatuto da Cidade e dos planos diretores participativos em todo o país. Pretende-se, ao final do projeto, ter elaborado um manual sobre a temática, além de realizar um seminário em Belo Horizonte.

Também na direção de contribuir para a formulação de políticas urbanas que promovam a melhoria de vida nas cidades, o Instituto procurou dar continuidade ao processo de discussão e revisão da lei nacional de parcelamento do solo. Esse instrumento é fundamental para garantir que a expansão urbana se dê de forma qualificada e infraestruturada no país, mas o debate em torno da sua revisão foi enfraquecido pela incorporação de alguns temas na Lei 11.977/2008, que se refere ao Programa Minha Casa, Minha Vida, e pelo próprio período eleitoral que marcou 2010. Apesar disso, foi possível trabalhar o tema na construção da campanha “Olho no seu voto”, pautada pelo Pólis junto ao Fórum Nacional de Reforma Urbana. Vale também citar que a revisão da lei nacional de parcelamento do solo foi trabalhada na publicação, ainda em elaboração, resultante da pesquisa “Urbanização e preços da terra em municípios do estado de São Paulo”, prevista para ser finalizada e discutida em maio de 2011, conforme já mencionado.

Por fim, o trabalho referente à “Implementação de programa urbanização, regularização e integração de assentamentos precários no assentamento Vila Primeiro de Outubro”, em Guaianazes, previsto para ser desenvolvido em 2010, sofreu alteração em seu plano de trabalho, modificando a área em que se realizará o objeto do contrato, a realização de atividades específicas de regularização fundiária no município de São Paulo. O novo assentamento pactuado com os envolvidos nesse projeto, onde se iniciará um novo processo para a regularização fundiária, denomina-se Munk, local em que foi construído um empreendimento habitacional para atender à demanda da Favela Jóia, localizada na região oeste do município, próximo da Rodovia Raposo Tavares.

### **Resultado 3 – O Pólis incidiu nos debates sobre o processo de requalificação de centros urbanos das metrópoles brasileiras a partir das agendas da inclusão social e da habitação popular.**

O tema da requalificação de centros está frequentemente associado às políticas de expulsão da população mais pobre e à promoção de usos comerciais e de serviços para essas áreas. Opções estas que descartam a constituição de habitação de interesse social, tida como pouco rentável para os empreendedores. Nesse sentido, incidir no debate sobre áreas centrais é chave para garantir o direito à cidade para todos e procurar incluir na agenda dos centros a inclusão social e a habitação popular.

Assim como uma série de segmentos da sociedade, o Pólis reconhece o destino da região central como elemento definidor do perfil social da cidade no futuro. Atualmente o centro apresenta muitos espaços subutilizados, o que representa uma grande oportunidade para a instalação de moradias populares em locais providos de infraestrutura. Desde a década de 1990, movimentos de luta, ONGs e segmentos da universidade vêm levantando a bandeira da construção de moradia popular no centro de São Paulo. No início do século XXI, alguns projetos foram realizados na região, mas em escala reduzida.

Com esse objetivo o Pólis deu continuidade ao projeto “Moradia é central”, desenvolvido desde 2008. Em 2010, o objetivo foi dar continuidade ao debate sobre habitação em áreas centrais, bem como atualizar e alimentar a pauta dos debates que estão sendo realizados pelos movimentos sociais e pelo poder público. Essa nova fase do projeto começou em março de 2009, com a ida ao Fórum Social Mundial (Belém-PA), onde foi realizada uma mesa com todos os parceiros do projeto “Moradia é central” e movimentos sociais presentes. Nesse momento, encaminhou-se que os parceiros organizariam seminários locais, para atualizar o debate regionalmente. Dentro desse processo, o Pólis atua como articulador das temáticas entre os parceiros, fomenta os debates a partir do aporte de conteúdos e alimenta o site [www.moradiacentral.org.br](http://www.moradiacentral.org.br).

Vale dizer ainda que as primeiras rodadas de seminários realizadas no início do “Moradia é central” foram mais descritivas, com relatos dos participantes sobre a situação da moradia em centros urbanos em suas respectivas regiões. Nessa segunda rodada de debates, que marcou a atuação do projeto em 2010, os conteúdos são mais propositivos, o que é uma evolução muito significativa dos discursos dos movimentos sociais envolvidos e um ganho qualitativo para o projeto, que qualificou o debate sobre o tema. Com o “Moradia é central”, o Pólis incidiu nos debates sobre os processos de requalificação de centros urbanos das metrópoles brasileiras a partir das agendas da inclusão social e da habitação popular. Essa entrada se deu por meio da temática das moradias de interesse social em áreas centrais, dialogando principalmente com os movimentos sociais de moradia, de forma que estes incluíssem em suas pautas tal tema. Além disso, diversas ONGs participaram desse processo e incorporaram a moradia em áreas

centrais como campo temático. Pode-se dizer que essa incidência se deu principalmente nas cidades em que o projeto “Moradia é central” atuou.

De forma geral, pode-se ainda mencionar como impactos desse projeto os seguintes pontos:

- a publicação desenvolvida em 2009 está sendo muito utilizada e gerou forte repercussão, sendo capaz de aproximar muitos pesquisadores da área do trabalho desenvolvido pelo Pólis;
- como desdobramento do seminário realizado na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) está interessado em se aprofundar no tema e articular órgãos de pesquisa para investigar a temática;
- as articulações com os parceiros e com os movimentos que estiveram envolvidos no projeto estão ativas e gerando debate entre a rede de forma independente do Pólis;
- a pauta de habitação social em centros urbanos foi fortalecida e incorporada entre os movimentos sociais, principalmente de moradia, e agora de população de rua.

#### **Resultado 4 – O Pólis contribuiu para a construção e disseminação de políticas públicas de reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos com sustentabilidade e inclusão dos catadores.**

A pesquisa “Dimensões de gênero no manejo de resíduos sólidos em cidades da América Latina” desenvolve-se, desde 2009, em parceria com quatro instituições – Desco (que também coordena), Ciedur, Cesu e Pólis. Em 2010, foram realizadas a segunda e terceira etapas da pesquisa, que envolveram as seguintes atividades:

- vinte entrevistas junto a catadores de São Paulo;
- dois estudos de caso (experiências da Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo nesse campo e experiência do Movimento Nacional de Catadores);
- quatro oficinas para debate das análises produzidas na segunda etapa da pesquisa com catadores, com especialistas em gênero e com gestores públicos de seis secretarias da Prefeitura do de São Paulo, que atuam no campo.

A análise conclusiva, que resultará na formulação de uma “Plataforma de políticas públicas de gênero e resíduos sólidos para a América Latina”, está prevista para início de 2011.

#### **Resultado 5 – O Pólis atuou em defesa da aprovação e regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.**

Durante mais de 10 anos o Pólis desenvolveu ações de *advocacy* na defesa da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Em 2010, a PNRS foi sancionada e regulamentada, instituindo um marco regulatório para o setor que deverá mudar o paradigma de gestão de resíduos em termos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais. Vale destacar dois aspectos que contribuem para essa mudança de paradigma: (a) a entrada de um novo ator na corresponsabilização do gerenciamento dos resíduos – os setor empresarial, considerados geradores e, portanto, responsáveis pela logística reversa (retorno dos resíduos à

cadeia da reciclagem); (b) o reconhecimento da categoria dos catadores como profissionais a serem integrados nos sistemas de recuperação de materiais recicláveis.

A aprovação da política representa para o Pólis um grande resultado de seu trabalho nesse campo e responde a um dos objetivos centrais desse eixo. Podemos dizer que tal resultado foi atingido graças ao trabalho de uma rede de instituições que atuaram para a aprovação da PNRS, entre elas o Pólis. No entanto, esse importante resultado nos leva imediatamente a um novo desafio, que é garantir a aplicação da PNRS nos 5.564 municípios brasileiros.

Já nesse sentido o Pólis tornou pública sua posição em relação aos avanços e desafios da PNRS no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, com distribuição nacional e tiragem de 40 mil exemplares. O artigo teve ampla repercussão em vários meios. Além disso, tivemos 47 inserções na mídia levando as posições do Pólis nos temas relacionados à aprovação e aplicação da PNRS e temas relacionados.

No marco das articulações para a aplicação da PNRS, a Associação Brasileira da Indústria do Vidro (Abividro) solicitou ao Pólis indicar atores estratégicos para conhecerem duas experiências de reciclagem de resíduos sólidos localizadas nas municipalidades de Vitacura e La Pintana, no Chile (participaram seis representantes de instituições e movimentos sociais atuantes do setor). Nessa oportunidade a associação submeteu à apreciação desses atores sua proposta de modelo de logística reversa (responsabilização das empresas pelo pós-consumo, ou seja, resíduos domiciliares e outros), prevista na lei N° 12.305, aprovada e regulamentada em 2010.

Por fim, o Pólis foi convidado para fazer diversas palestras sobre a PNRS, destacando-se a realizada durante o 1º Fórum Regional da Coleta Seletiva, realizado em Ribeirão Preto e promovido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pela Universidade de São Paulo (USP), que reuniu mais de quatrocentas pessoas, evento que marcou o início de uma ampla discussão para formulação de propostas de reformas no sistema de coleta seletiva do município e da região. Nesse espaço, especialistas, lideranças do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) e gestores públicos comprometidos com esse trabalho apresentaram propostas e projetos para melhoria da coleta seletiva e inclusão social.

#### **Resultado 6 – O Pólis contribuiu para a formulação e inclusão na agenda pública de novas propostas de políticas públicas de desenvolvimento local integradas vertical (políticas nacionais ou estaduais) e horizontalmente (consórcios, articulações supramunicipais etc.).**

Conforme já mencionado o “Projeto novos paradigmas de produção e consumo” foi estruturante desse eixo. Ao longo de 2010, foram realizados onze estudos de experiências que apontam para novos modelos de desenvolvimento. Tais estudos, mais do que sistematizar experiências, elaboraram análises sobre o campo em que essas experiências estão inseridas.

Nesse resultado, vale dizer ainda que a análise das experiências nesse projeto consolidou uma forma inovadora de olhar o desenvolvimento local que incorpora os circuitos curtos de produção e consumo como ferramenta analítica para fenômenos reais que vêm ocorrendo no espaço e no contexto das experiências analisadas pela pesquisa. A noção de circuitos curtos não se refere apenas ao encurtamento das distâncias físicas, mas também aos processos de desintermediação financeira e comercial, eliminando atravessadores; à promoção da utilização de mão de obra local; e à construção de tecnologias sociais para fixar a população no território.

Esse olhar a partir dos “circuitos curtos” representa um avanço nas reflexões do Pólis na temática do desenvolvimento local e é a ferramenta analítica a partir do qual está sendo executada a segunda fase do projeto, que busca formular claramente quais são os elementos que apontam para novos paradigmas de desenvolvimento e analisar quais são as políticas públicas que permitem o desenvolvimento de experiências emergentes e inovadoras como as estudadas, formulando uma Plataforma de Políticas Públicas voltada para o desenvolvimento de circuitos curtos de produção e consumo.

Em 2010, o Pólis iniciou a elaboração do Projeto de Atualização do Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (BTS). Este, que se estende ao longo do primeiro semestre de 2011, tem como objetivo atualizar as informações das mais de quinhentas experiências de tecnologias sociais certificadas e presentes no BTS. O projeto está estruturado da seguinte forma:

- Componente 1 – Identificação das TS ainda em funcionamento
- Componente 2 – Definição das técnicas e métodos para as visitas de campo
- Componente 3 – Capacitação dos entrevistadores
- Componente 4 – supervisão técnica das visitas de campo e da inclusão de dados no sistema
- Componente 5 – Edição e revisão dos questionários preenchidos
- Componente 6 – Atualização do sistema do BTS com as novas informações
- Componente 7 – Análise dos dados antigos e atualizados

O projeto iniciou-se em outubro de 2010, mas já se pode considerar a inserção e o acúmulo do Pólis na temática das tecnologias sociais – um tema novo, inovador e que dialoga muito com as propostas de desenvolvimento local – como resultado do processo transcorrido. No entanto, esse projeto prevê resultados importantes para 2011, que foram preparados em 2010.

## **Eixo 2 – Democracia e participação: fortalecimento da sociedade civil para a exigibilidade de direitos**

O eixo Democracia e participação: fortalecimento da sociedade civil para a exigibilidade de direitos foi concebido com o objetivo de “contribuir para o fortalecimento da luta em torno de direito, da radicalização da democracia e do controle das políticas públicas junto a redes de cidadania, organização e movimentos populares”.

Ele reúne as contribuições do Instituto Pólis junto a redes de cidadania, organizações e movimentos sociais, nos níveis municipal, nacional e internacional, na luta em torno de direitos, da radicalização da democracia e do controle social das políticas públicas.

As nossas contribuições foram agrupadas em objetivos específicos com seus respectivos resultados a serem alcançados em quatro anos (2009-2012).

Ainda que os resultados descritos sejam associados às atividades desenvolvidas em 2010, o término do mandato do presidente Lula nos permite pontuar algumas questões referentes ao período de oito anos do governo.

De maneira geral, se pode afirmar que a demanda da sociedade civil para a ampliação dos espaços de participação na esfera pública (conselhos, comissões especiais, grupos gestores etc.) apresentou avanços, conquistas e um crescente aprendizado de novas habilidades e, ao mesmo tempo, a necessidade de aprofundar questões fundamentais acerca dos desafios colocados nessas formas de participação.

Dentre outras características, o período foi marcado pela implantação de diversos conselhos nacionais, instâncias de articulação entre governo e sociedade civil para o monitoramento e elaboração de propostas de políticas públicas, além da realização de conferências nacionais relacionadas às diferentes temáticas, precedidas de conferências estaduais e municipais legitimando propostas elaboradas em nível coletivo e que traduzem a diversidade de opiniões existentes no Brasil.

Um primeiro aspecto a ser destacado diz respeito à conquista de um marco legal e sua introdução em diferentes temáticas nas quais a sociedade civil se mobilizou e acumulou conhecimento. A própria experiência na elaboração de projetos de leis e nas diferentes formas de articulação junto ao Congresso Nacional, por meio de abaixo-assinados, audiências públicas, campanhas com a adesão de artistas na mídia, teleconferências, atividades no Congresso, negociações com assessorias parlamentares etc., representou um aprendizado fundamental nesse período.

Para além de trabalhar a difusão desses direitos e procurar extrair as consequências, em termos de sua exigibilidade, a sociedade civil tem se ocupado em identificar como se dá a apropriação desses direitos pelas políticas públicas existentes.

Se por um lado as propostas elaboradas em conselhos federais ganham força porque encontram eco em mobilizações de nível nacional, um desafio verificado nesse período diz respeito às dificuldades de realização de programas públicos em nível local, seja pelas características políticas da conjuntura local ou pela própria fragilidade de alguns conselhos municipais, à exemplo dos conselhos de alimentação escolar. Nesse sentido, o desafio que se apresenta reside no estabelecimento de formas de ampliação do envolvimento dos diferentes níveis de governo e da sociedade na efetivação desses direitos.

Em relação à nossa atuação em 2010 no que diz respeito à esse eixo, o Pólis deu continuidade ao seu trabalho de fortalecimento de atores de sociedade civil. Privilegiamos especialmente organizações dos catadores de materiais recicláveis, a população em situação de rua, movimentos sociais da cidade de São Paulo (saúde, moradia, assistência social e criança e adolescente), grupos culturais de jovens no distrito do Grajaú e Cidade Tiradentes. Esse fortalecimento se deu tanto numa perspectiva da participação institucional (em espaços como conselhos, conferências, comissões especiais etc. nas três esferas de governo) quanto de participação não institucional, em que contribuimos na mobilização, formação, produção de conhecimento, apropriação de políticas públicas e organização autônoma desses atores.

A seguir apresentamos os resultados desse eixo e como nos aproximamos deles nesse segundo ano de quadriênio.

**Resultado 1 – O Pólis incidiu no fortalecimento e na autonomia de atores sociais e redes de defesa dos direitos da cidadania para atuarem em processos e instâncias de decisão de políticas públicas pela exigibilidade de direitos.**

O Pólis, por meio de um projeto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), capacitou e fortaleceu institucionalmente a população em situação de rua. Foram realizadas atividades de formação de caráter nacional (seminários e fóruns) para a população de rua de oito estados: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Tais eventos tiveram o objetivo de qualificar para a defesa dos direitos da população de rua e sua capacidade de intervenção nas políticas públicas, além de potencializar sua capacidade de organização e articulação. Associações e ONGs parceiras, gestores públicos e Ministério Público também participaram das atividades. Foram montados grupos de trabalho em Belo Horizonte e São Paulo que desenvolveram capacitações para atividades produtivas a partir da especificidade da população de rua. Isso desencadeou um processo de articulação e discussão da temática de geração de trabalho e renda para a população de rua, na perspectiva de gerar propostas de políticas públicas para tal, bem como nas temáticas de habitação, assistência social e saúde. Houve a criação de um portal ([www.falarua.org](http://www.falarua.org)) que funciona como um instrumento de visibilidade, articulação e comunicação da população de rua. Foram produzidos vídeos e uma cartilha de formação política, instrumentos pedagógicos importantes na continuidade do processo de formação das lideranças do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e seu fortalecimento. Um resultado importante do projeto foi a constituição e a consolidação de uma coordenação nacional do MNPR, e a constituição de instâncias de organização e decisão do movimento nas cidades e regiões metropolitanas dos Estados onde o projeto atuou, garantindo sua autonomia. O projeto possibilitou a discussão das violações sofridas pela população de rua no Brasil, além de formular propostas de políticas públicas para a sua superação e garantia dos direitos. Através do projeto, o Pólis contribuiu para dar visibilidade ao tema no país e abriu perspectivas de crescimento do movimento e de sua luta pelos direitos da população de rua.

No tema da educação popular, o Pólis realizou capacitação e disseminou metodologias através de um seminário sobre “A questão da aprendizagem em Vygotsky e em Paulo Freire”, e através do lançamento da publicação impressa “O pensamento de Paulo Freire como matriz integradora de práticas educativas no meio popular”, que compilou um ciclo de seminários sobre o tema da educação popular.

O Pólis atuou no Movimento Nossa São Paulo no âmbito do seu colegiado de coordenação e dos grupos de trabalhos (GTs) Democracia Participativa, Orçamento e Cultura, principalmente no primeiro semestre de 2010. Ocorreu um processo de estabilização do Movimento, que evoluiu para a autodenominação de “Rede”, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento justo e sustentável da cidade de São Paulo. A partir do segundo semestre de 2010 houve um arrefecimento da participação do Pólis na Rede, pela dificuldade de agenda dos técnicos e diminuição da equipe. Mesmo assim, o Instituto contribuiu na plenária de construção coletiva do “Fórum Social São Paulo”, sob o lema: “Outra cidade é possível, necessária e urgente: O que fazer?”, que acontecerá em maio de 2011.

O Pólis realizou dois cursos de regularização fundiária, com cerca de sessenta inscritos em cada: representantes do poder público, de empresas de consultoria e de movimentos e entidades sociais. Por meio dos cursos, fortalecemos esses atores sociais para atuarem em processos e instâncias de políticas públicas, com base nos conceitos do Direito à Cidade e Direito à Moradia e da sua instrumentalização.

O Instituto promoveu oficinas sobre políticas públicas na cidade de São Paulo. Elas foram pensadas conjuntamente no âmbito das reuniões do Colegiado de Gestão do Observatório dos Direitos do Cidadão, instância que congrega representantes das coordenações da União dos Movimentos Populares de Saúde (UMPS), União dos Movimentos de Moradia (UMM), Central dos Movimentos Populares (CMP), Fórum Municipal de Assistência Social, Fórum Municipal



dos Direitos da Criança e Adolescente, Pólis e IEE/PUC. Configurou-se um rico processo de construção coletiva que possibilitou às lideranças refletirem sobre os desafios da sua ação política considerando os dilemas que se colocam para outros atores que incidem no campo das políticas públicas da cidade. Esse ciclo de oficinas cumpriu o importante papel de adensar a discussão sobre os desafios do controle social das políticas, merecendo destaque o evento da assistência social que reuniu cerca de duzentas pessoas na CUT e contribuiu para inscrever esse tema na agenda da central sindical.

O Observatório dos Direitos do Cidadão, ainda que sem os recursos de outrora, seguiu se reunindo para compartilhar informações, experiências e discutir os desafios referentes à sua atuação em defesa dos direitos. Nesse processo, as oficinas, além de aportarem conteúdos para a reflexão crítica sobre o processo de participação cidadã nas políticas públicas, revelam o esforço coletivo de preservar um importante espaço de interação sociopolítica, de formação e de disseminação de informações relevantes para o exercício do controle social das políticas.

Em relação especificamente à União dos Movimentos Populares de Saúde (UMPS), essa organização assumiu formalmente e realizou um projeto apoiado financeiramente pelo Ministério da Saúde. O Pólis acompanhou esse processo e participou de atividades de formação, via um conjunto de seminários.

Em outra frente de trabalho, iniciamos em 2010 a pesquisa “Avanços e desafios da democracia participativa: renovando as utopias”, juntamente com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e apoiada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa é voltada para uma análise crítica da democracia participativa no Brasil e para propostas concretas de seu avanço, em estreito diálogo com a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. Além disso, pretende contribuir para delinear insumos para a revisão do que poderíamos chamar de “projeto participativo”, com o qual boa parte das ONGs e movimentos brasileiros contribuiu e se identificou, desde o período de redemocratização até os dias de hoje.

## **Resultado 2 – O Pólis incidiu no fortalecimento de articulações entre atores sociais para atuar na formulação e realização de políticas públicas de cultura, convivência e paz, na disseminação dos seus valores e construção de ações para a incorporação da cultura de paz na agenda pública nacional.**

É possível apontar os resultados para o ano de 2010 em três grandes eixos:

a) O Pólis, através do Pontão de Convivência e Cultura da Paz, contribuiu na formulação de políticas públicas de convivência e cultura de paz para a ação pública. Desde o início de 2009, no Fórum Social Mundial, compreendemos que a criação de pontos de cultura na América do Sul poderia ser um caminho para a integração latinoamericana e o Pólis vem atuando constantemente nessa articulação com outros atores sociais. No final de 2009, conquistamos a aprovação da lei dos pontos de cultura no Parlamento do Mercosul (Parlasul). No primeiro semestre de 2010, o Pólis teve uma grande atuação no ato Cultura Viva, na luta para que o Programa Cultura Viva (responsável pela existência dos Pontos de Cultura) do atual governo federal se torne uma política pública de Estado, através de lei. O Instituto também participou em São Paulo da audiência pública da Lei Griô, que deverá trazer instrumentos para o formato da cultura popular. Em outubro de 2010, participamos em Medellín de um encontro de redes latinoamericanas (Plataforma Puente) que aprovou o desenvolvimento de uma campanha para reivindicar que 1% do orçamento público nacional seja destinado para a cultura. Destacamos também nesse processo, a atuação do Pontão de Convivência e Cultura

da Paz do Pólis na 2ª Conferência Nacional de Cultura, com o tema “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, na qual participamos como mobilizadores, conferencista e na construção e formulação de proposta de políticas públicas de cultura.

b) O Instituto contribuiu na articulação de redes e atores sociais para o fortalecimento da convivência entre pontos de cultura, através de diversas atividades como o Encontro de Formação e Multiplicação de Ponteiros de Convivência e Cultura de Paz; a atuação na TEIA Brasil 2010 (espaço de formulação de políticas públicas, e também de articulação regional e nacional dos pontos de cultura) e TEIA Guarulhos 2010. Como desdobramento da mobilização e articulação nesses espaços, o dia 21 de setembro, proclamado pela ONU como o dia mundial da Cultura de Paz, do cessar-fogo e da não violência, foi celebrado em diversos pontos de cultura do país.

c) O Pólis incidiu sobre a construção e disseminação de valores, conceitos e artemetodologia para a incorporação da cultura de paz na agenda pública nacional e internacional. Em 2010, o Pontão de Convivência e Cultura do Pólis participou de diversos espaços de articulação, encontros e comitês, realizou publicações e textos com os temas da Cultura da Paz, Pedagogia da Convivência, Experiência do Pontão de Cultura, além de ter fornecido a diversos pontos de cultura do país uma placa de reconhecimento “Pontos de Paz”.

### **Resultado 3 – O Pólis incidiu na incorporação dos instrumentos de proteção e exigibilidade dos DHESCA junto a organizações e redes da sociedade civil, governos e órgãos do Poder Judiciário.**

Por meio de um curso para Defensores Públicos do Estado de São Paulo, o Pólis capacitou sessenta defensores para promover as formas de proteção do direito humano à moradia e do direito à cidade e para subsidiar seus projetos e ações, bem como das entidades conveniadas e parceiras da Defensoria, para desenvolver atividades educacionais com as comunidades e organizações populares. O tema do direito à cidade foi incorporado na agenda da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O ano de 2009 foi marcado pelo embate no município de São Paulo em torno da Revisão do Plano Diretor e, no plano nacional, pelos impactos do Programa Minha Casa, Minha Vida. O Pólis entrou com uma ação judicial que pleiteava a nulidade da revisão do Plano Diretor. Enquanto a ação não era julgada reunimos um grupo de mais de 180 organizações da sociedade civil e movimentos populares que articularam a mobilização política contra a revisão. Em setembro de 2010, a decisão judicial reconheceu as diversas ilegalidades que permearam a revisão, dando ganho de causa para o Pólis e as outras três entidades autoras da ação judicial (União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior – UMM, Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia e o Movimento Defesa São Paulo).

O Pólis incidiu na proteção e exigibilidade do Direito à Moradia na cidade de São Paulo. Juntamente com o Centro Gaspar Garcia e a Defensoria Pública, o Pólis ingressou com uma ação judicial contra Prefeitura, pois essa tinha o intuito de demolir o edifício São Vito e transformar o espaço em um grande estacionamento. Nosso pedido atrasou o processo da Prefeitura que estava em curso, ao anular a concorrência pública de impropriedade do prédio. O São Vito está localizado em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), portanto deve cumprir com sua função social e servir como moradia bem localizada à população de baixa renda.

**Resultado 4 – A atuação do Pólís junto aos fóruns nacional, estaduais e locais de reforma urbana e direito à cidade contribuiu para a construção democrática do sistema nacional de desenvolvimento urbano.**

Em 2010, o Instituto apresentou no Conselho das Cidades uma proposta de resolução para o aprimoramento do processo democrático das revisões dos planos diretores e sobre os conteúdos que devem ser revisados de forma obrigatória pelos municípios, após 10 anos de sua instituição. Dessa iniciativa, o Conselho das Cidades aprovou duas resoluções. A primeira é sobre os requisitos obrigatórios para assegurar um processo democrático pelos municípios na revisão dos planos diretores. A segunda estabelece os assuntos necessários e os limites nas matérias de revisão do plano diretor, de modo a assegurar a aplicação da política urbana estabelecida na ordem jurídica urbanística, em especial na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade.

O Pólís foi eleito pelo segmento das organizações não governamentais como membro titular do Conselho das Cidades na 4ª Conferência Nacional das Cidades e tem o compromisso de participar do Comitê Técnico de Mobilidade Urbana.

No Conselho das Cidades, o Pólís apresentou uma proposta de resolução para regulamentar o estudo de impacto de vizinhança, instrumento de gestão democrática das cidades no Estatuto das Cidades. Essa proposta está sendo revisada pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos e será apresentada na primeira reunião do Concidades em 2011.

O Pólís fez parte da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos coordenada pelo Ministério das Cidades e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Coordenou as avaliações de 92 planos diretores do estado de São Paulo e a elaboração de três estudos de caso sobre os processos de elaboração participativa e aplicação de planos diretores em municípios diferentes do Estado.

Também participamos do Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, como representantes do segmento das ONGs. No mandato entre 2010 e 2011, a maioria dos conselheiros está alinhada com o governo municipal. A atuação do membro do Pólís nesse mandato se pautou pela agenda da reforma urbana, da garantia do direito à cidade, do direito à moradia digna e da autogestão na provisão habitacional de interesse social. A falta de discussões mais amplas sobre a política habitacional dificultou o encaminhamento de ações e investimentos mais abrangentes direcionadas para a concretização daquelas agendas.

**Resultado 5 – O Pólís contribuiu para a introdução de políticas públicas participativas e voltadas à inclusão social e à garantia de direitos.**

O Pólís assessorou a Prefeitura de Taboão da Serra (SP) na formação dos seus servidores, capacitando-os para uma futura elaboração do Plano de Regularização Fundiária. O Instituto está também sistematizando as experiências já realizadas e bem sucedidas do município para fins de publicação.

Na Bahia, o Pólís contribuiu na elaboração de materiais pedagógicos para o Governo do Estado, na elaboração de um caderno de orientação para a construção de planos municipais de habitação na no território baiano e outro caderno de orientação para ações de regularização fundiária. Como resultado dessa ação, todos os municípios da Bahia terão acesso ao passo a passo da aplicação da regularização fundiária, numa linguagem acessível e objetiva.

O Instituto assessorou a Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) para a construção do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo. O processo de discussão foi realizado a partir de oficinas temáticas com técnicos e assessores das secretarias do município e reuniões com os secretários municipais. As oficinas também propiciaram a integração das políticas e planos setoriais que estão sendo elaborados pelas secretarias e que devem seguir os objetivos e diretrizes definidos no Plano Diretor. A proposta apresentada deve passar ainda por discussões públicas que serão organizadas pela Prefeitura de São Bernardo.

### **Resultado 6 – O Pólis contribuiu para a disseminação e maior adesão da plataforma da reforma urbana e do direito à cidade em articulação com o Fórum Nacional de Reforma Urbana.**

O Pólis, na sua atuação no Conselho das Cidades, contribuiu com a definição da metodologia e da agenda temática do 5º Fórum Urbano Mundial, realizado na cidade do Rio de Janeiro em março de 2010 e que teve como tema principal o “Direito à cidade: Unindo o urbano dividido”. Através da sua atuação pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, o Instituto contribuiu com a formulação e aprovação da Carta do Rio de Janeiro, que reconhece o direito à cidade como um direito coletivo dos habitantes das cidades e um paradigma que deve ser adotado pelos governos nacionais para o desenvolvimento das políticas urbanas.

Ainda no FNRU, através do Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários, o trabalho e continuamos trabalhando juntamente com o Conselho Nacional de Justiça e a Secretaria de Reforma do Judiciário na elaboração de uma política nacional de prevenção e monitoramento de conflitos fundiários. Após diversos seminários sobre o tema em 2010, o Conselho Nacional de Justiça aprovou resoluções que foram bastante influenciadas pela plataforma da reforma urbana.

### **Resultado 7 – O Pólis incidiu na ampliação da participação da sociedade civil na introdução do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). O Pólis consolidou a experiência do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CRSAN) na periferia do município de São Paulo.**

Por meio de um conjunto de atividades de formação e assessoria, o Pólis fortaleceu a participação da sociedade civil na construção de sistemas municipais de segurança alimentar e nutricional (SAN). Dentre elas destacam-se as assessorias aos municípios de Diadema, Osasco e Embu das Artes.

No nível metropolitano, dada a interrupção do funcionamento do Consea Estadual em São Paulo, demos início a uma série de reuniões com representantes das prefeituras da região e lideranças da sociedade civil com o objetivo de formar um coletivo metropolitano de SAN. Essa articulação foi reconhecida pelo Consea Nacional e está participando das reuniões da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais e também das plenárias do Consea Nacional. Dada as divergências do presidente do Conselho Municipal de SAN (Comusan) de São Paulo em relação à mobilização nacional em torno da temática da segurança alimentar e nutricional promovida pelo Consea Nacional e, além disso, dado o despreparo dos representantes da sociedade civil para a atuação junto ao conselho no sentido de exigir a efetivação de uma política municipal de SAN,

propusemos e realizamos uma oficina sobre o tema da participação, focalizando os desafios da representação. Em nossa participação nas plenárias e na secretaria executiva do Comusan fizemos tentativas constantes de inserir pautas condizentes com o objetivo do conselho, de propor, introduzir e acompanhar o desenvolvimento da política municipal de SAN. Participamos na organização da 5ª Conferência Municipal de SAN. Por fim, desenvolvemos o módulo sobre a Implantação do Sistema Nacional de SAN, do Curso de Formação de Gestores Públicos de SAN, à distância, promovido pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Em relação ao Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS), por meio de um processo permanente de articulação junto aos parceiros da coordenação executiva da Rede local de SAN do Butantã, o Pólis colaborou na definição de pautas, das atividades, na divulgação e articulação dos atores locais. Foi possível inserir na Rede SAN temas nacionais, por conta de nossa participação no Consea nacional, à exemplo da mobilização realizada em todo o país pela aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 64, aprovada em 2010, instituindo a alimentação como um direito constitucional. Desenvolvemos contatos no sentido de ampliar a participação da subprefeitura e de outras secretarias e coordenadorias no CRSANS (principalmente abastecimento, saúde e assistência social) por ocasião da inauguração da reforma do espaço.

Ao longo de 2010, o Pólis desenvolveu diversas atividades (oficinas, mutirões e grupos de trabalho) sobre temas relacionados à segurança alimentar e nutricional, incluindo a organização da Semana Mundial da Alimentação, em outubro.

No nível da região da subprefeitura do Butantã, o Pólis participou ativamente da Rede Butantã de Entidades Sociais, inclusive das reuniões e articulações dos eventos de comemoração dos 10 anos da Rede.

Em 2011, o desafio que se apresenta é o de ampliar a participação da comunidade nas atividades do CRSANS e os recursos para o desenvolvimento de um conjunto de ações educativas.

### **Resultado 8 – O Pólis incidiu na construção do Sisan e na elaboração de propostas intersetoriais de políticas públicas em SAN, contribuindo, entre outras coisas, para aproximar os produtores rurais e os consumidores urbanos.**

Ainda que o arcabouço legal associado ao direito humano à alimentação seja relativamente recente, concretizando-se especificamente na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, na emenda constitucional 64 aprovada em 2010, incluindo a alimentação entre os direitos constitucionais da Carta Magna de 1988 e tornando o acesso ao alimento uma questão de Estado, após uma década de promoção dessa temática na agenda pública dos governos e das organizações da sociedade civil, está em curso no país um processo de apropriação crescente da alimentação enquanto um direito humano fundamental.

Em 25 de agosto de 2010, o presidente assinou o decreto que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, dispondo mais detalhadamente sobre sua gestão,

relações e pactos interfederativos e intersetoriais, financiamento, parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e sobre seu sistema de monitoramento e avaliação. Em seu bojo, a Losan cria o Sisan, cuja missão é formular e realizar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país.

Importa destacar que a construção do sistema se dá em paralelo à construção da política nacional de SAN. Ainda que cada um desses processos tenha questões específicas, principalmente em relação à definição de seus instrumentos, é necessário considerá-los como componentes de uma mesma construção.

De natureza suprasetorial, a política nacional de SAN articula vários programas, voltados à garantia do direito humano à alimentação e desenvolvidos por diversos setores que atuam desde a produção de alimentos até a garantia de assistência alimentar às famílias em situação de vulnerabilidade alimentar. O capítulo IX, art. 23 do decreto, aponta que o plano deverá consolidar o conjunto de políticas públicas federais que respondem as diretrizes de SAN e indica 28 programas, ações e políticas que deverão compor o plano, dentre eles o desenvolvimento de ações de apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (AUP).

Dada a natureza urbana das diretrizes do Pólís, em 2010, aprofundamos estudos e elaboramos projetos associados ao tema da agricultura urbana e periurbana, como um instrumento de aproximação entre produtores e consumidores, que além de promover a inclusão social, aproveita-se de forma eficiente e sustentável de recursos e insumos locais (solo, água, resíduos orgânicos, mão de obra, conhecimentos), vinculando-se às dinâmicas urbanas de gestão territorial e ambiental das cidades.

Nesse sentido, o Instituto elaborou e aprovou o projeto “Cidadania Alimentar e Agricultura Urbana” junto ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema). Participamos das oficinas promovidas pela organização holandesa Reos Partners, que tem o objetivo de articular um coletivo de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) em São Paulo, além da troca de experiências com outras cidades participantes do projeto (Joanesburgo, Chanai, Detroit, Amsterdã, Londres) e desenvolvemos o módulo sobre AUP do Curso de Formação de Gestores Públicos de SAN citado anteriormente.

Em termos de avanços na construção do Sisan, é possível citar alguns programas, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no qual o Consea, além de pautar a correção do *per capita*, que em 2010 superou em 130% os recursos gerais que eram repassados em 2004, sugeriu a ampliação do programa para o ensino médio, aumentando de 36 para 48 milhões o número de alunos atendidos, também propôs inovações no programa, como a obrigatoriedade de que a agricultura familiar forneça no mínimo 30% dos alimentos fornecidos na refeição escolar. Essas propostas, elaboradas por um grupo de trabalho formado por representantes do governo e da sociedade e, posteriormente, aprovadas em plenário, ganharam força à medida em foram sendo respaldadas pela mobilização das organizações da sociedade. Inclusive, no caso específico da legislação da alimentação escolar é preciso salientar que diante das inúmeras dificuldades colocadas por alguns deputados no Congresso, a sociedade respondeu com a promoção de uma ampla mobilização com vistas à sua aprovação.

Um segundo exemplo, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma proposta recente e na qual, em sua forma de elaboração, destacam-se dois aspectos: em primeiro lugar, o fato de

ter sido elaborado no Conselho, contando com a colaboração de representantes do governo e da sociedade civil; em segundo lugar, por tratar de questões relativas à produção e ao consumo, a demanda do exercício da prática da intersectorialidade como uma marca importante do programa.

Importa também destacar a criação de espaços participativos no interior dos próprios programas, por meio da implantação de grupos gestores de monitoramento, nos quais a sociedade civil passou a ter assento. Nos casos específicos do PNAE e do PAA, impulsionou a organização de cooperativas e associações como condição para a participação nos programas, estimulando novas formas de organização social.

### **Resultado 9 – O Pólís incidiu no empoderamento e na organização das mulheres, nos níveis local, nacional e regional na temática da soberania alimentar e nutricional.**

Ainda que o campo da SAN comporte inúmeras questões de gênero e, portanto, enquanto uma abordagem transversal esteja presente de forma permanente nas atividades da área, o resultado 9 estava associado à renovação do Projeto Mercosul, que não ocorreu em 2010.

### **Resultado 10 – O Pólís incidiu no programa de coleta seletiva de São Paulo para a incorporação de uma parcela significativa dos catadores avulsos e organizados em cooperativas, de maneira a ter qualificado suas condições de trabalho.**

O Pólís foi autor, junto com a Defensoria Pública, de uma Ação Civil Pública, em 2006, exigindo a ampliação do Programa de Coleta Seletiva para toda a cidade de São Paulo e a integração das cooperativas de catadores como agentes públicos nesse sistema. Além disso, a ação exigia capacitação dos catadores, assistência jurídica e instalação de um Conselho Gestor com a participação de representantes de fóruns e redes da sociedade civil. Em 2010, a Justiça Estadual de São Paulo julgou a ação procedente, o que foi considerado uma vitória das redes que atuam nesse campo, como o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, coordenado pelo Pólís, o Comitê de Catadores/MNCR (Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis), entre outros. Nesse contexto, a Prefeitura de São Paulo criou um grupo de apoio ao Programa de Coleta Seletiva e convidou o Instituto, enquanto representante Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, para integrá-lo. Foram realizadas duas reuniões e o Pólís apresentou uma série de questionamentos e propostas que estão sendo debatidas nessa instância.

### **Resultado 11 – O Pólís gerou indicadores para a gestão e monitoramento de resíduos sólidos domiciliares em São Paulo que se tornaram referência para outros municípios brasileiros.**

O Pólís produziu um documento com diagnóstico (apresentando os nós críticos principais relativos aos serviços prestados à cidade de São Paulo), metas e indicadores para o redesenho do Programa de Coleta Seletiva no marco das atividades desenvolvidas junto ao Grupo de Trabalho da Rede Nossa São Paulo. O documento foi debatido e tem servido de referência no debate público.

### **Resultado 12 – O Pólís formulou ações e propostas para contrapor-se à introdução**

## **de incineradores em São Paulo e no Brasil – tecnologia poupadora de mão de obra e de alto impacto ambiental.**

O Pólis, com parecerias, coordenou o seminário “Reciclagem: metodologias sustentáveis para os resíduos e a inclusão social”, contribuindo na definição dos temas, palestrantes e estratégias para divulgação do mesmo. Cerca de 350 pessoas participaram do evento realizado na Câmara de Vereadores de São Paulo. Durante o seminário, o Instituto expressou seu posicionamento crítico em relação à política da Prefeitura nesse setor. O objetivo central do encontro foi contrapor-se à introdução de incineradores na cidade de São Paulo.

O Pólis participou do ato público pela ampliação da coleta seletiva organizado pelo Comitê de Catadores/MNCR no Centro de São Paulo, no qual se questionava as gestões da Prefeitura para instalação de incineradores na cidade. Até o momento, as informações apontam para uma paralisação das gestões dos governos nesse sentido.

## **Resultado 13 – O Pólis incidiu no fortalecimento de organizações e redes de jovens e para a elaboração de propostas para políticas públicas voltadas para a juventude. O Instituto incidiu no debate sobre políticas públicas de cultura de convivência e paz junto a jovens de diversas regiões do país.**

No final de 2009 o Pólis foi eleito para o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), no segmento pesquisa. Um dos técnicos do Instituto foi nomeado conselheiro e nos representou em 2010. Ele atuou especialmente na Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas de Juventude. Nesse fórum, o Pólis contribuiu na realização do Balanço das Políticas Públicas de Juventude, documento que foi eleito como ação prioritária da Comissão para 2010, com vistas a incidir na elaboração da política de juventude do próximo quadriênio do governo federal. O documento foi construído com base nos conteúdos produzidos em oficinas com os atores públicos envolvidos nas temáticas, além de se embasar em documentos anteriores produzidos pelo conselho, em especial Diretrizes para a Política de Juventude. No final de 2010, o Pólis também participou do processo da eleição do presidente do Conjuve. Articulado com o campo das ONGs e redes parceiras da sociedade civil, conseguiram eleger o representante do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, Gabriel Medina.

Em relação ao trabalho no distrito do Grajaú, na cidade de São Paulo, o Pólis atuou em 2010 em parceria com o Cedeca Interlagos, na articulação e fortalecimento dos grupos culturais locais. Foram feitas reuniões, encontros culturais, planejamento e a 1ª Mostra Cultural do Grajaú, evento que finalizou as atividades do Projeto Grajaú, desenvolvido pelo Pólis há cerca de oito anos nesse distrito. A Mostra Cultural foi um marco nas articulações dos grupos do Grajaú, na medida que estes se empoderaram no processo de construção do evento, e pela agenda de reflexões e propostas que foram discutidas durante sua realização. O destaque principal da Mostra Cultural foi a presença massiva de diversos coletivos culturais, inclusive de outros bairros e distritos de São Paulo.

O Balaio Cultural, informativo cultural do Grajaú, também contou com a colaboração do Pólis em 2010. Foram realizadas cinco edições, sendo uma delas especial sobre o tema das eleições.

Assim, nesse último ano do projeto, o Pólis contribuiu para na consolidação e fortalecimento dos grupos culturais, que vêm atuando desde 2009 com mais autonomia.



Em relação ao trabalho no bairro da Cidade Tiradentes, no município de São Paulo, o Pólis atuou no fortalecimento da Rede de Artistas da Cidade Tiradentes de diversas maneiras: a) facilitando a sua participação no site Mapa das Artes ([www.cidadetiradentes.org.br](http://www.cidadetiradentes.org.br)), com a produção e distribuição do manual de uso da ferramenta; b) mobilizando debates virtuais em que artistas da comunidade trocaram produções entre eles, fortalecendo iniciativas e ações culturais locais, e colaborando com a produção e realização dos eventos da Rede nas Ruas de Lazer; c) estimulando o planejamento e organização de uma agenda cultural do bairro para 2011; d) estimulando o diálogo da rede com o poder público local (subprefeito e coordenadores das áreas da juventude, esporte e cultura); e) estimulando as iniciativas de agentes culturais locais, planejando conjuntamente e acompanhando as ações no território; e f) produzindo vídeos informativos sobre as ações da rede e realizando o Curso de Economia Solidária da Cultura, buscando alternativas para a geração de renda através da cultura. Por meio de todas essas ações, o Pólis fortaleceu a formação do público dos artistas locais na própria comunidade e sua auto-organização. As atividades de forma geral impactaram numa maior consciência e ampliação dos direitos culturais (como a livre manifestação das expressões políticas e culturais), uma maior apropriação dos espaços e equipamentos públicos e a busca organizada para participar das decisões sobre o fazer cultural na comunidade. O Pólis incidiu no fortalecimento da cidadania cultural, no desenvolvimento local e no fortalecimento da atuação em rede, na medida em que as reivindicações ao poder público se deram de forma mais organizada e em nome do coletivo.

### **Eixo 3 – Comunicação para o fortalecimento de estratégias políticas**

O eixo Comunicação para o fortalecimento de estratégias políticas foi concebido com objetivo geral de “ampliar a interlocução pública com diferentes setores da sociedade com vistas ao fortalecimento de uma cultura de direitos e de valores que orientam a construção de uma sociedade mais justa, plural, solidária e sustentável”.

Os processos de disseminação da informação e de potencialização de conhecimentos gerados na sociedade civil, suas organizações, redes, fóruns etc. voltados para o fortalecimento da democracia e a construção de cidades justas e sustentáveis encontram-se na origem do Instituto Pólis: sistematização de informações, seminários, eventos, pequenos jornais de grandes tiragens, livros, oficinas e cursos buscam o diálogo e a interculturalidade entre os atores públicos e destes com os governos locais, nacionais e com as redes internacionais. Além disso, ao longo dos anos estivemos presentes nas mídias escritas e eletrônicas, buscando ampliar o alcance público.

Se no quadrienal (2005-2008) apostamos em nosso site na internet (hoje com mais de 100 mil buscas de projetos, textos, download de publicações impressas etc.), agora estamos ampliando nossas linguagens para novas tecnologias: Facebook, Twitter e o Notícias Pólis, com um mailing de 10 mil endereços de pessoas interessadas em receber informações sobre a atuação do Instituto.

Além disso, identificamos a pouca operacionalidade de nosso site, a sua pouca interatividade, o design pouco comunicativo. Assim, partimos para a construção de uma ferramenta mais moderna, ágil, contemporâneo e de maior expressão das nossas atividades e posicionamentos. Um site que contemple as novas tecnologias de comunicação e informação e possa ampliar as possibilidades de comunicação com a sociedade e com os atores socioculturais e políticos.

O fato da comunicação ser considerada um dos eixos de intervenção do Plano Quadrienal (2009-2012) já é um passo decisivo para o Pólis ampliar os seus horizontes. Mas não bastam novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se não houver também processos educativos institucionais que ajam no sentido de mudar a cultura interna e que contribuam para interlocuções políticas internas e externas. Para tanto, estamos dinamizando um coletivo interno de comunicação no qual se somam pessoas e áreas que têm trabalhado com instrumentos de comunicação, com domínio maior que o restante da instituição das novas tecnologias e dispostos a impulsionar o debate interno e a mudança de procedimentos comunicativos.

### **Resultado 1 – O Pólis aperfeiçoou e articulou os diferentes instrumentos de comunicação existentes na organização e incorporou novas tecnologias, ampliando a sua repercussão na opinião pública.**

Em 2010, o Pólis preparou as bases para a construção do novo site a partir de uma dinâmica interna que envolveu diálogos com as equipes, com um consultor externo e com a empresa que trabalhou na arquitetura da nova ferramenta para afinar instrumentos de um projeto de mudança. Isso envolveu debates internos do coletivo da instituição, pois será o instrumento mais importante para a nossa apresentação pública. Identificamos a importância de um site moderno, interativo, motivador de buscas como ferramenta central da nossa comunicação com a sociedade, capaz de traduzir acúmulos técnicos e políticos desses 24 anos de existência e valorizar a nossa própria história, projetando o futuro com outros cenários e horizontes.

No novo site as áreas estarão dentro de um portal e o sistema de busca facilitará o acesso às informações desejadas, bem como à totalidade do conhecimento existente no Pólis e em suas principais redes de relações.

Quanto ao processo de transição para o novo site, efetuamos a cópia dos estudos e textos apresentados no endereço atual. Esse backup foi realizado manualmente pela área de comunicação e pelo Centro de Documentação e Informação (CDI), para que se pudesse realizar uma triagem dos diferentes materiais de acordo com as diversas temáticas de atuação do Instituto. Foram selecionados cerca de setecentos arquivos que serão atualizados pelas equipes do Pólis para posterior publicação na nova plataforma.

Dada a importância da atuação do Pólis, o site, mesmo no desenho atual, se revelou um potente instrumento, tendo atingido uma média de 6 mil visitas diárias, o que equivale a mais de 2 milhões de visitas no ano. Além disso, a quantidade de downloads de nossos textos, sem custos, expressa nosso engajamento na democratização da informação e do conhecimento.

No campo da informática, foram desenvolvidas algumas atividades técnicas voltadas para dar ao setor maior potência tecnológica: todas as máquinas foram padronizadas com a distribuição GNU/Linux Canonical Ubuntu 9.04; atualização do uso de ferramental tecnológico; alterações em desktops; realização de proposta de troca de uma das máquinas do servidor; e criação de novos domínios (home page) para atender demandas da área de cultura, do Le Monde Diplomatique Brasil, do urbanismo, da Rede Mundial de Artistas e outras dos técnicos, áreas e projetos.

## *Notícias Pólis*

Ao longo de 2010, o Instituto fortaleceu o seu boletim eletrônico, o Notícias Pólis. De 7 mil assinantes no final de 2008, o instrumento saltou para 9.873 leitores em outubro desse ano.

Além disso, por meio do boletim, o Pólis, com o apoio da Rede Logolink, pôde enviar um correspondente ao Rio de Janeiro para cobrir o Fórum Mundial Urbano. Como resultado da cobertura, foram publicadas quatro edições especiais do Notícias para divulgar a participação do Pólis no evento. Podemos também destacar a realização de entrevistas com Raquel Rolnik e com David Harvey. As visitas ao site do Instituto nessa semana aumentaram em 38% em relação à média normal.

Já desde o final de 2009 buscamos cada vez mais trazer vozes, opiniões e artigos dos técnicos do Pólis, fortalecendo assim os conhecimentos do Instituto e sua relação com a sociedade. Ao todo, até outubro, foram produzidos 38 boletim ao longo do ano, sem contar as edições especiais.

## *Twitter e Facebook*

O Twitter foi uma das inovações incorporadas no final de 2009 para ampliar a comunicação institucional do Pólis. O microblog contava naquela época com 148 adeptos, mesmo estando ainda inativo. Esse interesse sinalizava um grande potencial, que se confirmou ao longo de 2010. Até o final de outubro, tínhamos 1.524 seguidores, sendo que os últimos quinhentos aderiram ao microblog nos últimos três meses (agosto-outubro).

No Twitter, postamos as notícias apuradas pelo setor de comunicação do Pólis e as reportagens e entrevistas com participação dos colaboradores do Instituto. Desde o início do funcionamento do blog foram 313 postagens, sendo 260 em 2010.

Entre os seguidores, estão o ex-secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, o programa Roda Viva, a TV Brasil, a Revista Época, o Portal Aprendiz, o Instituto Sou da Paz, Redes de Cultura de Paz, Pontos e Pontões de Cultura do país, entre outros.

Já no Facebook, o perfil do Pólis foi criado em outubro de 2009 e atualmente conta com um total de 400 amigos. Em geral, publica-se o mesmo conteúdo que é publicado no Twitter.

## **Resultado 2 – O Pólis conseguiu ampliar a sua inserção em uma rede de mídias alternativas, estreitando o diálogo com os profissionais que têm convergência com o projeto político do Instituto.**

Em 2010, a grande maioria das inserções se deu nos veículos de grande circulação e especializados, nos quais o desempenho do Pólis continua crescendo. Até outubro

foram, pelo menos, 230 inserções qualificadas diretas na imprensa, entre citações, entrevistas e artigos – contando os jornais de grande circulação, mídia alternativa ou especializada, emissoras de rádio e TV e sites de notícia. É importante ressaltar a dificuldade de se estimar o potencial multiplicador dessas inserções em redes alternativas, pequenos sites, blogs e grupos de e-mail.

As inserções apresentam um crescimento significativo em 2010: houve, até o fim de outubro, em média 23 inserções por mês, contra 8,5 em 2009. Esse espaço é proporcionado pelo prestígio que tem o Instituto nos veículos de imprensa em função de suas análises críticas na área urbana e de políticas públicas.

As inserções do Pólis acontecem, em geral, por meio de demandas dos meios de comunicação. Esses veículos precisam de especialistas que possam analisar questões urbanas que emergem no espaço público. Alguns temas estão mais presentes na cobertura realizada pela mídia. Foram eles: a questão dos resíduos, habitação e espaços públicos/intervenção urbana. Com as eleições, também houve um aumento da procura por especialistas que pudessem comentar as propostas de candidatos aos governos.

Podemos dar destaque à ampla cobertura da mídia à aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. O Pólis se posicionou em um total de quinze matérias e entrevistas, sendo que uma boa parte delas foi realizada pelos maiores veículos de imprensa do país: *O Globo*, *Valor Econômico*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, Rádio Cultura, Rádio CBN, Rádio Nacional e RTV GloboNews.

Além das inserções na imprensa, outra iniciativa da equipe de comunicação que contribuiu para a articulação com uma rede de profissionais da área interessados no tema das políticas públicas foi a consolidação de um banco de contatos de jornalistas. Como parte da estratégia de disseminar informações de modo mais pró-ativo, em 2010, o Notícias Pólis começou a ser enviado pela primeira vez a esse grupo de jornalistas, contendo 92 endereços eletrônicos. Essa ação visou um aumento das inserções na mídia. Como exemplo de resultados disso podemos citar as reportagens que trataram do resultado da Ação Civil Pública, movida pelo Pólis, em parceria com outras organizações, para implantar a coleta seletiva em 100% da cidade de São Paulo com integração de cooperativas de catadores. Foram nove matérias sobre o assunto, sendo que cinco delas foram veiculadas pela grande mídia: Rádio Cultura, Rádio Globo, Rádio CBN, *Folha de S.Paulo* e Folha Online. Também foi amplamente divulgado o lançamento do “Livro das Juventudes Sul-americanas”, em agosto. No total foram onze matérias, sendo uma realizada pela Rádio Cultura.

É necessário destacar que cada vez mais somos procurados pelos grandes veículos de comunicação, o que implica em definir linhas de trabalho que priorizem notícias voltadas para o fortalecimento de estratégias políticas que interessem ao Instituto e à sociedade, criando demandas para os meios, e não apenas se constituindo como repositório de necessidades de produção de notícias dos grandes meios. O site deverá ser um forte instrumento de políticas de comunicação ao veicular notícias que potencializam nossa comunicação com a sociedade.

**Resultado 3 – Aumento do número de leitores do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, saltando de 42 mil para 70 mil.**

Em 2010 foram publicadas 12 edições do *Le Monde Diplomatique Brasil*, com uma distribuição em bancas de 40 mil exemplares mensais. Em 2009 foram vendidos em banca 11 mil exemplares e 2 mil para assinantes, em 2010, foram comercializados 13 mil exemplares em bancas e 9 mil assinaturas, além de encartes especiais temáticos.

Esse número deve aumentar ainda mais, pois foi criada a central de relacionamento de assinaturas para venda e monitoramento de entrega e atendimento ao assinante on line. Houve também desenvolvimento do site e de dois bancos de dados: de assinaturas e editorial.

O ano de 2010 foi marcado também pelo lançamento do site do *Le Monde Diplomatique Brasil* ([www.diplomatique.org.br](http://www.diplomatique.org.br)), desenvolvido em parceria com a UOL, maior portal de informações do Brasil. O tecnologia utilizada no site permite a atualização do conteúdo editorial on line bem como a busca por assuntos e autores, colocando à disposição do visitante todo o acervo de dez anos dos artigos traduzidos do jornal.

O *Le Monde Diplomatique Brasil* consolidou-se como instrumento de referência de temas estratégicos da política e da economia, do meio ambiente, trazendo também debates culturais oportunos sobre políticas públicas de cultura e interfaces da cultura com a sustentabilidade e educação. Está entre suas prioridades a discussão das agendas para uma nova sociedade, tratando com destaque as questões do desenvolvimento, da sustentabilidade e da governança democrática.

Em dezembro, o jornal realizou um debate com leitores e colaboradores sobre os três anos do periódico em evento realizado no auditório da livraria Cultura – importante espaço da cidade que constitui-se como referência cultural no país –, reunindo mais de uma centena de pessoas. As principais sugestões apontaram a necessidade de uma linguagem mais jovem, uma postura mais crítica e a incorporação do humor e da literatura em suas páginas. Destaca-se também a participação dos técnicos do Pólis em suas páginas, traduzindo os desafios de sua interlocução com a sociedade em temas para o jornal.

#### **Resultado 4 – Ampliação do público leitor dos conteúdos elaborados pelo Pólis e publicados em material impresso e no site institucional.**

De janeiro a outubro de 2010 publicamos três títulos: *O pensamento de Paulo Freire*, destacando práticas educativas no meio popular; o “Livro das Juventudes Sul Americanas”, em português e espanhol, fruto de parceria com o Ibase e distribuído em redes jovens da América Latina; a terceira edição da Carta de Responsabilidades do Artista, documento da Rede Mundial de Artistas, em quatro línguas, distribuído em encontros internacionais da Plataforma Puente, setembro, Medellín. Esse documento também integrou trabalho de oficinas no Encontro Internacional do IDEA, rede de arte e educação que reuniu em 2010 mais de setenta países em Belém.

A distribuição gratuita em redes culturais do país também se deu em todo o ano de 2010. Alguns documentos publicados anteriormente foram solicitados por atores públicos, principalmente os Kits das Cidades, que foram distribuídos a parceiros para utilização como instrumentos em cursos de formação.

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz também deu maior amplitude e potência a seus instrumentos de comunicação reativando o site com novas informações e textos, incluindo uma oferta de boletins quinzenais sobre atividades do Pontão e atuando no Twitter com pequenas informações sobre o debate cultural e atividades do Pontão, atingindo dessa forma os mais de cem pontões de cultura e os 3 mil pontos de cultura do país.

Somando-se a isso, o Centro de Documentação e Informação deu continuidade à distribuição de publicações em redes, organizações públicas e privadas, movimentos sociais, universidades etc. As publicações distribuídas em 2010 totalizaram 2.132 doações, incluindo entre as mais doadas a Carta de Responsabilidades do Artista (228), o Boletim Repente número 26 (215), Arte e Cultura (Caderno de Proposição número 13, 130 exemplares) e a Cartilha do Plano Diretor (100 exemplares).

O Pólis, desde a sua fundação, apostou em processos de disseminação, divulgando suas pesquisas e acúmulos de materiais impressos: na distribuição em eventos, cursos, seminários, oficinas, site, para promover o diálogo entre os diferentes atores. Por outro lado, constituiu-se como centro de referência para o público externo para atendimento de pesquisa, principalmente de cursos de pós-graduação ou docência. As consultas externas qualificam essa função de disseminação para o público especializado em políticas urbanas, principalmente regularização fundiária, habitação e conselhos.

No mês de junho, o CDI, com o apoio da equipe do *Le Monde Diplomatique Brasil*, enviou para o BNDES o Projeto Preservação de Acervos, visando dar um tratamento científico para a memória documental do Pólis.

### **Resultado 5 – O Cineclube do Pólis e os recursos de comunicação comunitários (copromovidos pela instituição) alimentaram articulações entre redes, movimentos, grupos e produtores de vídeo.**

Em 2010, o Cineclube Pólis, dando prosseguimento à sua proposta de realizar sessões gratuitas de filmes e outras atividades audiovisuais ausentes do grande circuito comercial, realizou atividades de mostras e lançamento de filmes, atraiu novos públicos, principalmente jovens, e inseriu-se no diálogo das novas tecnologias e das mídias livres. No final do ano, com a presença de mais de cem pessoas, foi realizado o lançamento do documentário “Lá do Leste”, sobre atividades culturais de jovens da Cidade Tiradentes. Trata-se de uma produção audiovisual dirigida por Carol Caffé, integrante da área de cultura do Pólis, com Rose Satiko. Foi a primeira vez em que uma intervenção do Pólis no território gerou uma produção audiovisual de caráter artístico e profissional.

Por outro lado, as tecnologias formadas no Cineclube deram embasamento para a continuidade do Mapa das Artes da Cidade Tiradentes, projeto que se construiu em 2009 com continuidade em 2010. Jovens desse bairro foram capacitados em tecnologias audiovisuais e produziram vídeos sobre o bairro e atividades locais, enriquecendo o site do Mapa das Artes. Em parceria com o Pontão de Convivência e Cultura de Paz, foi realizada uma sessão sobre o papel das mídias livres, mobilizando dezenas de jovens dos pontos de cultura da cidade de São Paulo e contando com a presença de especialistas. Realizou-se também, em parceria com o Pontão, a mostra “Curta a Cultura

de Paz, cirandeie nessa rede!”, em comemoração ao dia internacional da cultura de paz, em setembro de 2010. No final do ano foi exibido o filme “Copa Vidigal – Por uma Cultura de Paz” e realizou-se debate com o diretor Luciano Vidigal (coletivo Nós do Morro – Rio de Janeiro) e com o Cypa, professor de futebol no morro do Vidigal e idealizador do campeonato de futebol entre favelas do Rio de Janeiro.

As atividades do Cineclube dialogaram diretamente com os conteúdos de nossa intervenção e com grupos de jovens artistas e de redes culturais da cidade, com a presença de diretores de filmes, como foi o caso das atividades citadas. Citamos ainda Panorama Arte na Periferia, de Peu Pereira; Cinema de Quebrada, de Rose Satiko; Videolência, do Núcleo de Comunicação Alternativa (NCA); e a Mostra de Cinema Marginal do Brasil.

Além de renovar o público do Pólis, atraindo jovens, o Cineclube tem estimulado o Instituto a desenvolver novas tecnologias de comunicação e informação. Pelo alcance de sua proposta recebeu do Ministério da Cultura, em 2010, o prêmio Mídias livres.

#### **Eixo 4 – Agendas para uma nova sociedade**

##### **Linha de Atuação – articulações internacionais em torno de direitos humanos**

*Objetivo – Exigibilidade de direitos e articulações políticas com base na Carta Mundial do Direito à Cidade e na Carta das Responsabilidades Humanas e dos Artistas*

Em fevereiro de 2010 foi realizado o Fórum Urbano Mundial no Rio de Janeiro (RJ). O Instituto Pólis participou do grupo de trabalho do Conselho Nacional das Cidades que definiu o tema central do evento: “Direito à cidade: Para unir o urbano dividido”. A partir desse ponto central, realizamos diversas articulações políticas e atividades de exigibilidade de direitos em torno da Carta Mundial do Direito à Cidade, com grande visibilidade pública, tanto no Fórum Urbano Mundial quanto no Fórum Social Urbano. As atividades realizadas que envolveram diversos movimentos e organizações sociais nacionais e internacionais foram:

- Sessão especial sobre o direito à cidade na América Latina com organizações do continente;
- Evento em rede sobre os Relatórios das Cidades em parceria com a UN Habitat e a Aliança das Cidades, com o lançamento do Relatório das Cidades Brasileiras;
- Painel de conclusão do diálogo oficial onde foi aprovada a Carta do Rio do Fórum Urbano Mundial 2010 que incorpora diversos conteúdos da Carta Mundial do Direito à Cidade;
- Mesa sobre o tema “South-South Dialogue on Megaevents and Democratic Governance” com o envolvimento do Logolink;

- Atividade de capacitação sobre o direito à cidade com a Habitat International Coalition (HIC), Cohre, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), Unesco, Fórum Nacional de Reforma Urbana e Logolink;
- Evento em rede sobre Governança e Gestão Democrática em parceria com o Logolink e Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Em relação às ações e articulações políticas em torno da Carta das Responsabilidades Humanas e dos Artistas, o Pólis participou das seguintes atividades:

- Encontro da Plataforma Puente, composta por cerca de cem organizações culturais da América Latina, no âmbito da Articulação Latino Americana sobre Cultura e Política (ALACP), em Medellin, Colômbia, em setembro de 2010;
- Encontro sobre os pontos de cultura da América do Sul em março de 2010 em Fortaleza (CE), cujo tema foi “Tambores digitais”;
- Encontro Mundial de Arte e Educação do International Drama, Theater and Education Association (IDEA), em julho de 2010, em Belém (PA), com trabalhos sobre mapeamento sócio-cultural, direitos e democracia, cultura de paz, poesia e reencantamento do mundo, carta das responsabilidades dos artistas e leitura poéticas.

**Linha de atuação – promoção de diálogos sul-sul para a construção e compartilhamento de plataformas para uma nova sociedade**

*Objetivo – cooperação com organizações da sociedade civil de países latinoamericanos e africanos lusófonos sobre cidadania, democracia e políticas públicas*

Para fortalecer articulações e cooperações com organizações sociais da América Latina e da África Lusófona foram realizadas as seguintes atividades:

- Oficina internacional do Projeto METAL – migrações e globalização em metrópoles latinoamericanas – São Paulo, Bogotá e Santiago, em fevereiro de 2010 em Bogotá para análises comparativas sobre processos migratórios nas três metrópoles a partir de dados primários pesquisados em 2009;
- Organização, junto à Coordenação Regional LogoLink América Latina, da “Pasantía de Aprendizajes”, realizada em convênio com o Programa Territorio Chile. O evento ocorreu entre 25 de abril e 2 de maio de 2010, em São Paulo, e contou com a participação de quinze representantes de diversas municipalidades chilenas envolvidos em experiências premiadas pelo Concurso de Buenas Prácticas para El Desarrollo de los Territorios.

**Linha de atuação – contribuição para a revisão e atualização de uma agenda nacional e internacional construída em torno dos princípios da radicalização da democracia, da ampliação de direitos e da sustentabilidade**



*Objetivo – analisar os sentidos da democracia, participação, mudanças climáticas e sustentabilidade*

O Pólis debateu os sentidos da democracia, participação, diversidade, convivência intercultural, mudanças climáticas e sustentabilidade em vários espaços e com diversas organizações e segmentos sociais, nacionais e internacionais, a partir da realização das seguintes atividades:

- Reunião preparatória do Seminário Latino-Americano de Educação Popular e Políticas Públicas do CEAAL no marco do Fórum Social Mundial Porto Alegre 10 anos;
- Publicação e divulgação dos resultados da pesquisa internacional “Enabling Democratic Local Governance Environments for Fighting Poverty and Inequality”, realizada em 2008-2009 em oito diferentes países da África, América Latina e Ásia;
- Disseminação dos resultados da pesquisa “Governança Eletrônica Local: Perspectivas Latinoamericanas” e apresentação dos trabalhos “Electronic Government and the Right Promotion of Public Management Participation: Models of Citizenship Participation in Latin America” e “Governo eletrônico e a promoção de transparência: Estudo de caso dos portais de transparência da América Latina” na conferência 7th CONTECSI (International Conference on Information Systems and Technology Management), entre 19 e 21 de maio, em São Paulo;
- Elaboração e lançamento do novo site do LogoLink voltado para a reunião e disponibilização do acervo sobre a produção da rede nos últimos dez anos;
- Participação em debates sobre o impacto dos resíduos sólidos nas mudanças climáticas durante o Encontro Resíduos Zero e Clima, organizado pela Rede Latinoamericana de Catadores e Aliança Global para Alternativas contra a Incineração – GAIA;
- Realização do seminário “Mudança climática em áreas urbanas: Vulnerabilidades, impactos e adaptação”, nos dias 23 e 24 de novembro de 2010. O encontro promoveu debates com mais de cem atores plurais sobre os impactos das mudanças climáticas no meio urbano e as necessárias medidas de adaptação e prevenção. O evento reuniu pesquisadores da academia, representantes do governo e da sociedade civil, assim como profissionais da comunicação. Os conteúdos das palestras e dos debates foram sistematizados no documento Plataforma Políticas Públicas e Ações para adaptação do meio urbano à mudança climática, com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas e de ações que contribuam para o enfrentamento da situação. As propostas contidas nesse documento foram difundidas durante a COP-16 em Cancún e veiculadas na mídia, com o registro de 14 inserções em sites, 1 inserção em rádio e 1 inserção em televisão.